

## Práticas integrativas e complementares na perspectiva dos profissionais de saúde da atenção básica

Integrative and complementary practices from the perspective of primary care health professionals

Prácticas integrativas y complementarias desde la perspectiva de los profesionales de salud de atención primaria

Recebido: 20/05/2022 | Revisado: 09/06/2022 | Aceito: 11/06/2022 | Publicado: 13/06/2022

### Thayná Neves Souto Miranda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4787-3066>  
Faculdade Independente do Nordeste, Brasil  
E-mail: [thaynanevessoutomiranda@gmail.com](mailto:thaynanevessoutomiranda@gmail.com)

### Monique Carmo de Macedo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4404-8658>  
Faculdade Independente do Nordeste, Brasil  
E-mail: [macedo.monique.c@gmail.com](mailto:macedo.monique.c@gmail.com)

### Felix Meira Tavares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8271-8021>  
Faculdade Independente do Nordeste, Brasil  
E-mail: [Felix@fainor.com.br](mailto:Felix@fainor.com.br)

### Thaís de Matos da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3975-3336>  
Faculdade Independente do Nordeste, Brasil  
E-mail: [thaismattos.silva@gmail.com](mailto:thaismattos.silva@gmail.com)

### Resumo

A Política das Práticas Integrativas e Complementares foi instituída em 2006 no Sistema único de Saúde, mas ainda é pouco difundida. Com a inserção de mais práticas em 2017 e 2018 esse tema se tornou mais evidente. Este estudo tem como objetivo descrever o conhecimento dos profissionais de saúde acerca das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Básica, identificando as mais utilizadas e apontando os desafios apresentados para sua implementação. Trata-se de um estudo de revisão integrativa. A fonte de dados utilizada foi a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e o Google acadêmico, sendo utilizados os descritores: “Práticas integrativas e complementares”, “Atenção Básica” e “Saúde pública”. Foram encontrados 3.262 artigos, mas apenas 11 foram selecionados para o estudo diante dos critérios de inclusão utilizados. Os resultados apontaram um desconhecimento dos profissionais sobre a Política de Práticas Integrativas e Complementares, no entanto nos locais onde as práticas foram realizadas foram notados muitos benefícios, tanto para os profissionais, quanto para os usuários. Dessa forma, este estudo aponta a necessidade de sensibilizar profissionais e estudantes de saúde acerca da importância e eficácia da utilização destas práticas, no processo ensino e aprendizado nas Unidades Básicas de Saúde.

**Palavras-chave:** Práticas integrativas e complementares; Atenção básica; Saúde pública.

### Abstract

The Policy on Integrative and Complementary Practices was instituted in 2006 in the Unified Health System, but it is still not widespread. With the inclusion of more practices in 2017 and 2018, this theme became more evident. This study aims to describe the knowledge of health professionals about Integrative and Complementary Practices in Primary Care, identifying the most used and pointing out the challenges presented for their implementation. This is an integrative review study. The data source used was the VHL (Virtual Health Library) and Google academic, using the descriptors: “Integrative and complementary practices”, “Primary Care” and “Public Health”. A total of 3,262 articles were found, but only 11 were selected for the study based on the inclusion criteria used. The results showed a lack of knowledge on the part of professionals about the Policy on Integrative and Complementary Practices, however, in the places where the practices were carried out, many benefits were noticed, both for professionals and for users. Thus, this study points to the need to sensitize health professionals and students about the importance and effectiveness of using these practices in the teaching and learning process in Basic Health Units.

**Keywords:** Integrative and complementary practices; Primary care; Public health.

### Resumen

La Política de Prácticas Integrativas y Complementarias fue instituida en 2006 en el Sistema Único de Salud, pero aún no es generalizada. Con la inclusión de más prácticas en 2017 y 2018, este tema se hizo más evidente. Este estudio tiene como objetivo describir el conocimiento de los profesionales de la salud sobre las Prácticas Integrativas y

Complementarias en la Atención Primaria, identificando las más utilizadas y señalando los desafíos presentados para su implementación. Este es un estudio de revisión integradora. La fuente de datos utilizada fue la BVS (Biblioteca Virtual en Salud) y Google académico, utilizando los descriptores: “Prácticas integradoras y complementarias”, “Atención Primaria” y “Salud Pública”. Se encontraron un total de 3.262 artículos, pero solo 11 fueron seleccionados para el estudio en base a los criterios de inclusión utilizados. Los resultados mostraron un desconocimiento por parte de los profesionales sobre la Política de Prácticas Integrativas y Complementarias, sin embargo, en los lugares donde se realizaron las prácticas, se notaron muchos beneficios, tanto para los profesionales como para los usuarios. Así, este estudio apunta para la necesidad de sensibilizar a los profesionales de la salud y estudiantes sobre la importancia y la eficacia de la utilización de estas prácticas en el proceso de enseñanza y aprendizaje en las Unidades Básicas de Salud. **Palabras clave:** Prácticas integrativas y complementarias; Atención primaria; Salud pública.

## 1. Introdução

As Práticas Integrativas e Complementares (PIC) são recursos terapêuticos complexos empregados para o amplo cuidado em saúde, valorizando a autonomia, cultura e o ambiente dos indivíduos. Dessa forma, como resultado da mudança de paradigmas relacionados à assistência em saúde, da demanda popular, de recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 2002, foi aprovada, em 2006, por meio da Portaria nº 971/2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS). A política tem como objetivo a incorporação e implementação da PICS no SUS, e garantir a integralidade nos serviços de saúde, a racionalização de ações de saúde e a estimulação da participação social (Reis et al., 2018).

Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza à população 29 PIC totalmente gratuitos. A enfermagem começa na atenção básica, que é a principal porta de entrada do SUS. A PNPIC envolve abordagens que buscam estimular mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperar a saúde através de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, em detrimento da medicalização, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na real integração do homem e a sociedade e o meio ambiente (Brasil, 2014).

O conhecimento dos profissionais sobre as PIC está relacionado à compreensão da situação, ao planejamento e à otimização da aplicação das ações de saúde, principalmente aquelas envolvendo medicamentos fitoterápicos e outras ações de consentimento prévio informado, por possuírem políticas específicas. Profissionais que atuam no SUS e pacientes em uso de ABS. Informa, uma grande porcentagem de usuários e profissionais usam plantas medicinais. Relatam conhecer a fitoterapia por meio dos pais e avós (Ruela et al., 2019).

Os gestores apontaram que uma das principais dificuldades na implantação desses tratamentos é a resistência de alguns profissionais de saúde devido à falta de evidências científicas e falta de apoio logístico e estrutural da gestão. Portanto, esta é considerada uma questão importante porque a atitude positiva dos profissionais em relação a essas práticas está relacionada a incentivar os usuários a usar a PIC (Ruela et al., 2019). Outras dificuldades para a implantação das PIC no SUS está na falta de apoio institucional para o fortalecimento do trabalho integrado e colaborativo. Depreende-se, assim, a necessidade de constantes investimentos nas relações entre os membros da equipe, e nas oportunidades pela oferta das PIC nos serviços (Barros et al., 2018).

A prática pode ser um recurso útil para a promoção da saúde, principalmente quando constroem uma nova compreensão do processo saúde-doença. Para o fortalecimento das PIC do SUS no campo da promoção e atenção, é necessário superar os desafios de sua organização e expansão, como aproximar os profissionais dos serviços de referência e apoio especializados em PIC na atenção básica à saúde (APS) (Ruela et al., 2019)

Neste contexto, este estudo tem como objetivo descrever o conhecimento dos profissionais de saúde acerca das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Básica. Identificando quais são utilizadas, o conhecimento sobre as PIC entre os profissionais e seus benefícios e dificuldades para sua implementação nas Unidades Básicas.

## 2. Metodologia

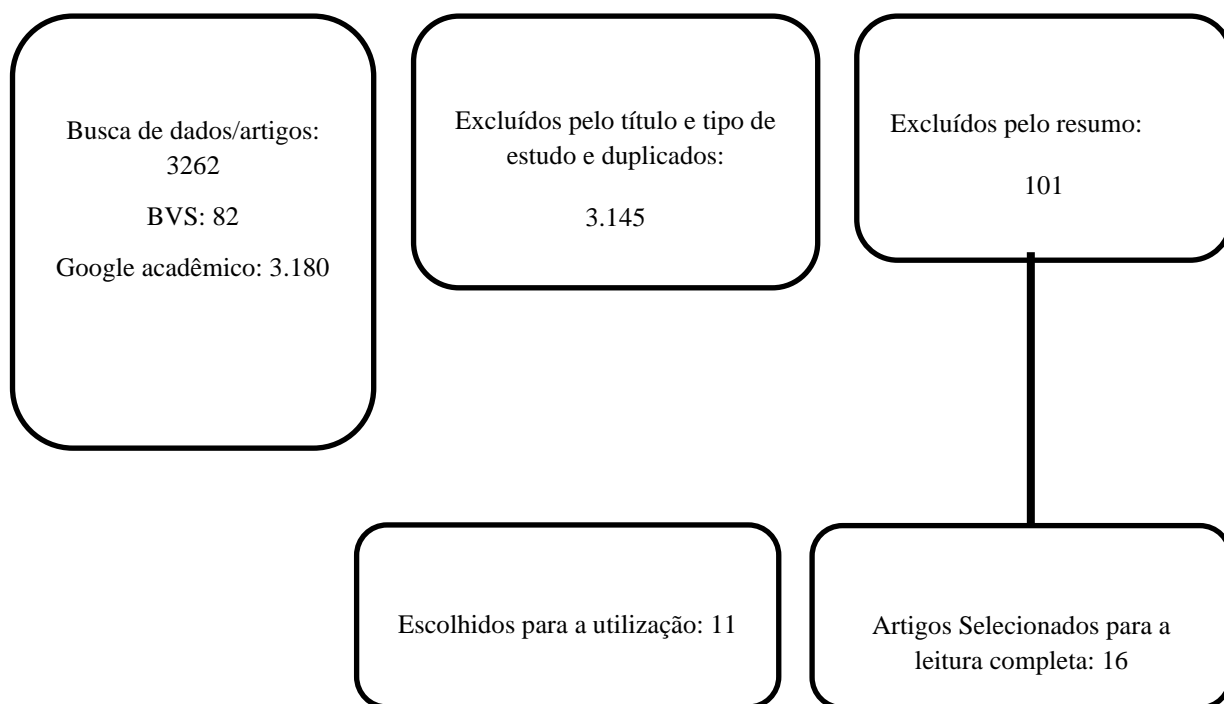
Trata-se de um estudo de revisão integrativa. A fonte de dados utilizada foi a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e o Google acadêmico. A busca foi realizada através do cruzamento dos descritores “Práticas integrativas e complementares”, “Atenção Básica” e “Saúde pública” utilizando o operador booleano AND. Os critérios de seleção foram: artigos publicados na íntegra, sendo todos relacionados com a temática, na língua portuguesa, disponíveis gratuitamente, utilizando o período de 2017 a 2021 para o BVS e desde 2018 para Google acadêmico. Os critérios de exclusão foram: monografias, dissertações, teses, manuais, artigos incompletos ou indisponíveis, artigos que não apresentavam correlação com os objetivos do estudo e artigos duplicados.

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), uma revisão abrangente da literatura fornece uma síntese do conhecimento aliada à aplicabilidade de importantes achados de pesquisa na prática. Segundo Rodrigues (2006), esta pesquisa caracteriza-se por: pela natureza da pesquisa, é aplicada porque vai gerar conhecimento visando a solução de um problema específico; quanto ao esquema, é bibliográfica porque visa recuperar conhecimento sobre um assunto/questão. Quanto ao objetivo, é exploratório porque visa proporcionar maior familiaridade com o problema; quanto ao método, é qualitativo por se tratar de um estudo bibliográfico.

A seleção foi realizada a partir de leitura criteriosa dos artigos e revistas encontradas nas bases de dados sendo selecionada apenas a literatura que atendia aos critérios de inclusão e exclusão definidos neste estudo. Contudo este estudo está em concordância com a norma regulamentadora brasileira NBR 6023, que estabelece o uso de material de referência. Não oferece nenhum risco à sociedade, porque sua finalidade é inteiramente Ciência, onde nenhum indivíduo está envolvido na coleta de dados. Todos os autores utilizados foram respeitados na ética e na pesquisa são devidamente citados para que a pesquisa contribua para o saber mais sobre este tema.

Foram encontrados 3262 artigos nas duas plataformas de pesquisa, no entanto, foi filtrada de acordo com os critérios de inclusão, ficando 16 artigos para leitura completa. Nesta etapa, após análise para verificar a relevância do tema, foram selecionados 11 artigos para compor a amostra deste estudo, esse caminhar metodológico pode ser melhor visualizado no fluxograma apresentado na Figura 1.

**Figura 1** – Fluxograma do processo metodológico.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

### 3. Resultados

O Quadro 1 organiza os onze artigos selecionados para este estudo da seguinte forma: Ano de publicação, autores, título, desenho do estudo, objetivos e resultados.

**Quadro 1** - Artigos selecionados segundo ano de publicação, autores, título, desenho do estudo, objetivos e resultados. Vitória da Conquista, Bahia. 2022.

<b>Título</b>	<b>Autor / ano</b>	<b>Desenho do Estudo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Resultados / conclusão</b>
Percepção dos Profissionais das Unidades Básicas de Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares	Andrade et al. (2018)	Estudo exploratório (qualitativo)	Identificar o conhecimento e opiniões dos profissionais de saúde que atuam nas Unidades Básicas de Saúde sobre as PICs.	Após análise das entrevistas a dificuldade do esforço dos profissionais em buscar práticas não convencionais de medicina para agregar aos serviços de saúde. Outra forma que dificulta a implementação das PIC é o gestores das UBS, instituições e redes municipais dos estados não aderirem às PNPICs como preconiza as diretrizes do SUS.
Percepção dos Gestores das Unidades Básicas de Saúde Sobre as Práticas Integrativas e Complementares.	Plácido et al. (2018)	Estudo exploratório (qualitativo)	Identificar o conhecimento e opiniões dos gestores de saúde que atuam nas Unidades Básicas de Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares.	Mostraram desconhecimento dos gestores com relação às políticas nacionais de saúde que preconizam as práticas integrativas, denotando um desafio para sua implementação na atenção básica.
Práticas Integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico- assistencial	Azevedo et al. (2019)	Estudo Documental	Normas que respaldam a atuação do enfermeiro nas PIC e sobre ensino, pesquisa e atividades extensionistas e assistenciais	Atualmente, as terapias holísticas e complementares são como uma especialidade de enfermagem aprovada pela Resolução COFEN 581 de 2018. Garantindo a Segurança e suporte para o profissional atuar nessa situação, e realizar pesquisas na área de PIC em geral.
Políticas Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em saúde: discurso dos enfermeiros da Atenção Básica.	Soares et al. (2019)	Estudo descritivo (qualitativo)	Analisar o discurso dos enfermeiros da Atenção Básica em relação à PNPIC	Está claro que os enfermeiros carecem de conhecimento relevante PNPIC, em razão das lacunas no processo formação e falta de educação permanente, refletem a falta de base científica para atuar com essas práticas em seu cotidiano assistencial.
Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: desvelando potências e limites.	Dalmolin et al. (2019)	Estudo exploratório (qualitativa)	Compreender a percepção de profissionais da Estratégia Saúde da Família e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família quanto à utilização das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde, desvelando potências e limites.	Foram identificadas as potências das práticas integrativas e complementares para o fortalecimento do sistema de saúde como um modelo de atenção diferenciado, de abordagem integral, holística e empoderadora, todavia, a sobrecarga de trabalho e os diferentes tipos de resistências constituem limites para a sua consolidação.

Conhecimento e implementação das práticas integrativas e complementares pelos enfermeiros da atenção básica.	Jales et al. (2020)	Pesquisa Descritiva (qualitativa)	Identificar o conhecimento e a aplicação das práticas integrativas e complementares pelos enfermeiros da atenção básica.	O conhecimento sobre a PNPIC, a variabilidade e a finalidade de tais práticas ainda se apresentam limitado, a solução para o conhecimento e implementação deficitários seria o ensino, seja ele na graduação ou na vida profissional
Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras.	Martins et al. (2021)	Estudo exploratório (qualitativa)	Analisar o conhecimento dos enfermeiros da Atenção Primária em Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares em saúde e sua utilização.	As entrevistas evidenciaram que as enfermeiras conheciam algumas práticas, seus benefícios, obtiveram experiências advindas dos usuários, contudo, encontrou-se barreiras na comunicação e no vínculo, resultando na ausência de trocas de saberes das diferentes formas de fazer saúde.
A atuação do enfermeiro nas práticas integrativas e complementares: uma revisão integrativa	Pereira et al. (2021)	Revisão Integrativa	Identificar, por meio de busca na literatura nacional e internacional, quais as PIC o enfermeiro está utilizando no cuidado.	A Medicina Tradicional Chinesa, que engloba práticas corporais e mentais, se destaca como a prática mais utilizada, entretanto, ainda há pouca exploração das 12 terapias aprovadas e reconhecidas pelo Conselho federal de enfermagem
Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde.	Silva et al. (2021)	Estudo exploratório (qualitativa)	Compreender os sentidos atribuídos por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde ao processo de formação profissional nas Práticas Integrativas e Complementares.	Os resultados revelam uma formação insuficiente e difusa, com limitação na oferta e na qualidade das PIC. Dessa forma, existe a necessidade de ampliação de estratégias educacionais que melhorem a formação dos profissionais de saúde para a oferta das diferentes PIC na Atenção Primária à Saúde.
A utilização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e sua relação com a saúde dos profissionais de enfermagem da Atenção Primária à Saúde	Viana et al. (2021)	Revisão Narrativa da Literatura	Descrever o uso das PIC e a possibilidade de sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores de enfermagem da Atenção Primária	O uso das PIC se mostrou benéfico de um modo amplo, principalmente na melhora da Qualidade de Vida no Trabalho. Deste modo é viável aumentar a oferta das práticas.
Conhecimento de enfermeiros acerca das práticas integrativas e complementares em saúde.	Andres et al. (2020)	Pesquisa de campo, descritiva, (quantitativa)	Identificar o conhecimento de enfermeiros acerca das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.	A maioria conhece as PICS e a política dessas terapias, as mais conhecidas são acupuntura, homeopatia e musicoterapia. As mais disponíveis nos serviços de saúde são acupuntura, reike e yoga. Grande parte dos profissionais acredita que as PICS podem ser implantadas nos serviços de saúde.

Fonte: Dados da Pesquisa.

#### 4. Discussão

Inicialmente, a PNPIC incluía em suas diretrizes apenas cinco PIC utilizados no SUS para promover a recuperação, manutenção e prevenção da saúde do usuário. Além de tratar algumas doenças. Porém, reconhecendo que o público em geral busca utilizar cada vez mais outras práticas pautadas nos conhecimentos tradicionais, o Ministério da Saúde disponibilizou novos recursos de tratamento à PNPIC por meio dos Decretos nº 849/201726 e nº 702/201827 entre 2017 e 2018. Por meio dessas medidas, o SUS passou a fornecer, atualmente, 29 dessas práticas. São elas: Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Medicina Antroposófica, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Termalismo Social/Crenoterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa, Yoga, Apiterapia, Aromaterapia, Bioenergética, Constelação familiar, Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Imposição de mãos, Ozonioterapia e Terapia de Florais. (Ruela et al., 2019).

Desde a sua institucionalização em 2006, o PNPIC tem ofertado mudança no formulário de registro no sistema de informação de saúde, um novo código foi adicionado a Nomenclatura SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de estabelecimentos de Saúde), Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimento (SIGTAP), criação e mudanças de código, até mesmo no formulário de Coleta de Dados Simplificada (CDS) ou registro eletrônico. A modificação possibilita o cadastramento da habilitação para cotação das PIC no SUS, e amplia o monitoramento territorial brasileira (Brasil, 2020).

Em relação ao número de instituições de Atenção Primária de Saúde fornecendo PIC entre 2017 e 2019, soma-se um total de 41.952 Unidades Básicas de Saúde operadas pelo SUS. Constatou-se que a cotação do PIC foi de 37%, representando 15.603 instituições. Uma questão que precisa ser enfatizada a tempo é a notificação insuficiente no SCNES. Portanto, a cotação apresentada é inferior à situação real da organização. Em outras palavras, é importante fortalecer a orientação com gestores sobre a importância do registro no SCNES e das PIC para a sociedade (Brasil, 2020).

A implementação dessas práticas complementares e alternativas tem como propósito avaliar as condições de seus acontecimentos a partir das representações sociais dos profissionais. Há quatro razões para o sucesso da inclusão da PIC: desejo do cliente; visão de saúde dos médicos da saúde pública; amplo apoio de não profissionais da saúde; e visão de medicina alternativa e complementar consistente com a proposta do SUS. (Ruela et al., 2019).

Apesar do sucesso na implantação dessas práticas na rede básica, o planejamento dessas ações é insuficiente e a visão é reduzida. Dessa forma, o conhecimento, as opiniões e a representação social das PIC no SUS por gestores e profissionais de saúde têm determinado os desafios e dificuldades enfrentados na implantação, utilização e disseminação das PIC nos serviços de saúde. Os gestores não estão preparados para esta implementação, principalmente devido ao fornecimento insuficiente de materiais para aplicações de PIC, o que tem sido um problema. Além disso, a divulgação de informações sobre o PIC não é suficiente para permitir que usuários e profissionais os entendam. Os municípios devem estimular e criar condições para disponibilizar o PIC, melhorar sua divulgação e apoiar a participação de profissionais não médicos devidamente treinados. As PIC integradas ao SUS podem contribuir definitivamente para a promoção da saúde (Ruela et al., 2019).

Segundo os resultados apresentados (Andrade et al, e Plácido et al, 2018), os gestores carecem de conhecimento das políticas nacionais de saúde que promovam práticas integradas, sugerindo desafios na sua implementação na atenção básica. Além disso, órgãos estaduais e redes municipais não aderem à PNPIC preconizada pelas diretrizes do SUS. Os desafios atuais são relacionados à falta de capacitação profissional, má gestão do sistema e conceitos arraigados na medicina alopática, que ainda existem e dificultam a expansão do consentimento prévio informado no país (Reis, Esteves & Greco, 2018).

Vale ressaltar que os profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) visualizam práticas integrais e complementares. Os profissionais aceitam as PIC, que está relacionado ao seu contato anterior, e pode estar relacionado ao residente / profissional



em medicina de família e saúde comunitária / familiar (Ruela et al., 2019). Porém, mesmo com o apoio e respaldo das políticas nacionais, a implantação da prática também experimentou algumas restrições, como a dificuldade de adotar práticas devido às diferenças relacionadas aos modelos biológicos.

Nota-se que não há nenhum entendimento da política. Na pesquisa realizada pela Universidade de Santa Cruz do Sul, também foi encontrado esse ponto. Essa fraqueza da informação, faz com que os profissionais, por mais que tenham uma certa compreensão do assunto, não sabem seu verdadeiro propósito. Além disso, os profissionais da unidade e usuários da APS ficaram satisfeitos após a realização dessas práticas e relataram que sentiram mudanças em seu estado físico, emocional e mental. Principalmente aos profissionais, que houve a diminuição do estresse e maior tranquilidade, que são muito importantes para o meio trabalhista, demonstrando assim que as PIC não são só para os pacientes, mas para um todo (Fischborn, 2017).

Com base nos resultados, ao analisar o conhecimento e a aplicação das PIC por enfermeiros da atenção básica, percebe-se que eles direcionaram outras formas de cuidado, como o uso de plantas e outros produtos naturais, baseado em crenças populares e rituais religiosos, transmitidos por familiares. Isso aconteceu de forma mais efetiva à medida que o uso de medicamentos alopáticos se tornou trivial. As entrevistas evidenciaram a importância que as Práticas Integrativas e práticas populares em saúde exercem na comunidade. (Martins et al., 2021)

A Estratégia Saúde da Família (ESF) visa melhorar a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como a falta de exercícios físicos, alimentação inadequada e uso de tabaco. Por meio da assistência integral, igualitária e contínua, a ESF se fortalece como porta de acesso ao SUS (Brasil, 2019). Na APS, a ESF busca colocar usuários, famílias e comunidades no centro do processo de cuidar, o que requer interação entre as diferentes categorias profissionais que compõem a equipe de saúde, entrada do SUS (Barros et al., 2018). Portanto, é necessário que o enfermeiro amplie seus conhecimentos e ganhe espaço para utilizar as terapias complementares. A utilização de modelos biomédicos na assistência ao usuário é falha, cabendo a essa lacuna as plantas medicinais e outra forma de tratamento. (Ruela et al., 2019).

A existência dessas práticas no serviço pode produzir um espírito de equipe que aprimora o cuidado, uma estratégia para aproximar profissionais e equipes dos usuários, se descreverem como atividades prazerosas, e fazer dos profissionais e usuários e cuidadores da APS uma equipe mais próxima, onde o PIC proporciona o equipe com possibilidade de prevenir e promover o trabalho saudável. As PIC foram apresentadas como um dispositivo capaz de revelar os poderes do trabalho interprofissional, com benefícios para os usuários, que se sentem mais acolhidos das novas relações que os profissionais estabelecem entre si. Também houve uma mudança importante para os profissionais de saúde, pois nem sempre eles são o domínio do cuidado curativo e individual. (Barros et al., 2018).

Observa-se que médicos e enfermeiros apontam vantagens na utilização de fitoterapia e plantas medicinais em unidades de cuidados primários. Muito importante mencionar a necessidade de compreender as propriedades físico-químicas e as mudanças sazonais das plantas medicinais para que os profissionais de saúde possam utilizar corretamente o PIC e analisar a transferência dos conhecimentos adquiridos sobre acupuntura para a medicina baseada em evidências atuais. (Reis et al, 2018).

Notavelmente, os resultados deste estudo sugerem que as estratégias de educação continuada precisam ser ampliadas para melhorar a formação dos profissionais de saúde para oferecer diferentes práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde. Uma vez que os estudos apontaram benefícios do uso generalizado de PIC, principalmente na qualidade de vida no trabalho. Todo esse processo deve fazer parte do trabalho da equipe, porém, proporcionar esse tipo de prática na APS não só vai gerar conflitos e sobrecargas para os profissionais da equipe, mas também não faz parte das principais necessidades das atividades da unidade, trazendo rotinas (Barros et al., 2018).

Diante do que foi apresentado, percebe-se um predomínio da hegemonia do poder técnico e político dos profissionais médicos, que entram em conflito com outros profissionais de nível universitário e médio. O trabalho acaba sendo feito de forma



fragmentada e desconectada da finalidade de seu objetivo final: o cuidado integral das pessoas e suas necessidades (Barros; Spadacio & Costa, 2018). Porém, para perceber esses lugares como campo de atenção e oferecer tratamentos complementares, é necessário reunir profissionais com níveis de atenção primária e secundária e saberes sobre o tratamento, de forma a integrá-los em uma rede que leve em conta os princípios e fundamentos de cada prática e acesso universal ao PIC (Ruela et al., 2019).

## 5. Conclusão

Este artigo analisa e revisa o conhecimento e a credibilidade da PIC e o que os profissionais de saúde seniores do SUS sabem sobre a PNPIC. Ao analisar o conhecimento sobre a temática, a maioria dos profissionais pesquisados afirmou conhecer e ter alguma experiência no trabalho. Quanto à fonte de conhecimento sobre as PIC, adquirida por meio da leitura e da experiência familiar, poucos argumentaram que a graduação é importante para adquirir esse conhecimento e credibilidade. No entanto, acreditam que as PIC são importantes para as licenciaturas e para o SUS e que devem ser incorporadas aos cursos de graduação.

O conhecimento minoritário da PNPIC sugere que há necessidade de formação de longo prazo dos profissionais que atuam no serviço público de saúde, pois é uma política do Ministério da Saúde. Com base nas pesquisas atuais, percebe-se a relevância das PIC na melhoria da qualidade de vida das pessoas, principalmente para os profissionais da área de Enfermagem, que podem atuar como facilitadores ou participantes, além dos usuários que participam e usufruem de seus benefícios. Dessa forma, é viável aumentar a oferta da prática da APS, e isso pode ter um impacto positivo também nestes profissionais.

Além disso, com este estudo, mais pesquisas são recomendadas a fim de passar evidências científicas aos profissionais de saúde, especialmente Enfermagem, sintam-se inspirados a praticar e praticar continuamente a terapia integrativa, embora seja uma técnica milenar, ainda é pouco utilizada para satisfazer e atender às necessidades de saúde física e mental.

É necessário, portanto, garantir que todos os profissionais de enfermagem sejam habilitados em PICS e incorporar essa disciplina em atividades continuadas nas unidades. Os enfermeiros devem participar continuamente de treinamentos e demonstrar interesse em compreender os temas apresentados, a fim de ampliar o conhecimento para que os enfermeiros possam entregar os diversos benefícios dessas práticas, bem como promover a saúde e melhorar a qualidade de vida, não só da comunidade, mas também dos profissionais de saúde.

## Referências

- Aguiar, J., Kanan, L. A. & Masieiro, A. V. (2019). Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. *Saúde em Debate*. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912318>.
- Andrade, L. P., Morais, K. C. S., Silva, C. P. & Tavares, F. M. (2018). Percepção dos Profissionais das Unidades Básicas de Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares. *Revista de psicologia*. 12(42 Supl. 1), 718-727 - ISSN 1981-1179.
- Andres, F. da C., Andres, S. C., Moreschi, C., Rodrigues, S. O., & Baldke, M. R. (2020). Conhecimento de enfermeiros acerca das práticas integrativas e complementares em saúde. *Research, Society and Development*, 9(7), e969975171. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.5171>.
- Azevedo, C., Moura, C. C., Corrêa, H. P., Mata, L. R. F., Chaves, É. C. L. & Chianca, T. C. M. (2019). Práticas Integrativas e Complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial. *Escola Anna Nery*. 23(2). DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2018-0389
- Barros, N. F., Spadacio, C. & Costa, M. V. (2018). Trabalho Interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, 42(1), 163- 173. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S111>.
- Brasil (2022). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Práticas Integrativas e Complementares (PICS): quais são e para que servem. <http://saude.gov.br/saude-de-a-z/praticas-integrativas-e-complementares>.
- Brasil (2020). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde. [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Relatorio\\_Monitoramento\\_das\\_PICS\\_no\\_Brasil\\_julho\\_2020\\_v1\\_0.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Relatorio_Monitoramento_das_PICS_no_Brasil_julho_2020_v1_0.pdf).
- Fischborn, A. F., Machado, J., Fagundes, N. C. & Pereira, N. M. (2016) A Política das Práticas Integrativas e Complementares do SUS: o relato de experiência sobre a implementação em uma unidade de ensino e serviço de saúde. *Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc*. 17(4, Suplemento 1) - ISSN 2177-4005. DOI: <https://doi.org/10.17058/cinergis.v17i0.8149>.

Jales, R. D., Nelson, I. C. A. S. R., Solano, L. C. & OLIVEIRA, K. K. D. (2020). Conhecimento e implementação das práticas integrativas e complementares pelos enfermeiros da atenção básica. *Revista Online de Pesquisa e Cuidado é Fundamental*. 212:808-813. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcf.v12.7509>.

Mattos, G., Camargo, A., Sousa, C. A. & Zeni, A. L. B. (2018). Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. *Ciência & Saúde Coletiva*. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.23572016>.

Pereira, K. N. L., Maia, M. C. W., Guimarães, R. F. C. & Gomes, J. R. A. A. (2022) A atuação do enfermeiro nas práticas integrativas e complementares: uma revisão integrativa. *Health Residencies Journal - HRJ*, 3(14), 1054–1071. <https://doi.org/10.51723/hrj.v3i14.326>.

Plácido, A. L., Morais, K. C. S., Silva, C. P. & Tavares, F. M. (2019). Percepção dos Gestores das Unidades Básicas de Saúde Sobre as Práticas Integrativas e Complementares. *Revista de psicologia*. 13(43), 465-472 - ISSN 1981-1179. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v13i43.1567>.

Reis, B. O., Esteves, L. R. & Greco, R. M. (2018). Avanços e Desafios para a Implementação das Práticas Integrativas e Complementares no Brasil. *Revista de APS*, 21(3), 355- 364. DOI: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2018.v21.16383>.

Rodrigues A. J. (2006). *Metodologia científica*. Avercamp.

Ruela, L. O. et al. (2019). Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(11), 4239- 4250. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.06132018>.

Silva, G. K. F., Sousa, I. M. C., Cabral, M. E. G. S., Bezerra, A. F. B. & Guimarães, M. B. L. (2020). Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 30(01). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300110>.

Silva, P. H. B., Barros, L. C. N., Barros, N. F., Teixeira, R. A. G. & Oliveira, E. S. F. (2021). Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 26(2). DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40732020>.

Soares, D. P.; Coelho, A. M.; Silva, L. E. A. da; Silva, R. de J. R. da; Figueiredo, C. R. de; Fernandes, M. C. (2019). Política Nacional de práticas integrativas e complementares em saúde: Discurso dos enfermeiros da Atenção Básica. *Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro*. ISSN: 2236-6091. DOI: <https://doi.org/10.19175/recom.v9i0.3265>

Souza M. T., Silva M. D. & Carvalho R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*. 8, 102-106. DOI: 10.1590/s1679-45082010rw1134.

Viana, J. da S. A., Silva, E. B. da, Silva, K. G. S. da, Coêlho, L. P. I., Sousa, B. T. de, Marques, V. R. de S., Coelho, L. B. de S., Aguiar, L. B. de, Santos, T. C. O., da Silva, P. C., Ferreira, R. N., Santos, W. W. M. dos, Melo, A. S. e, Bacelar, M. G. de S., Coimbra, L. L. M., & Amaral, M. S. (2021). A utilização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e sua relação com a saúde dos profissionais de enfermagem da Atenção Primária à Saúde. *Research, Society and Development*, 10(13), e121101320716. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i13.20716>.